

Senado aprova e envia à Câmara o Fundo de Combate à Pobreza

Substitutivo votado em segundo turno prevê recursos de cerca de R\$ 4 bilhões por ano para programas voltados à redução da miséria. Serão beneficiadas as áreas de educação, saúde, habitação, reforço de renda familiar e nutrição

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PASSAM NA CCJ

Projeto da Câmara que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza tem parecer favorável da CCJ.

PÁGINA 9

CORTES NO ORÇAMENTO GERAM DEBATE

A Comissão de Orçamento decide convocar ministro, e o senador Jader Barbalho discute o tema no Plenário.

PÁGINA 9

CI DISCUTE VAZAMENTO DE ÓLEO NO RIO

Sindicalistas e diretor da Agência Nacional do Petróleo participaram de audiência na Comissão de Infra-Estrutura.

PÁGINA 3



A apreciação em segundo turno do Fundo Contra a Pobreza provocou manifestações de diversos senadores

O Senado aprovou ontem, em segundo turno, substitutivo à proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A matéria irá agora à apreciação da Câmara dos Deputados.

PÁGINAS 4 A 6

Plenário destaca a importância da Fiocruz

PÁGINAS 10 E 11

EMPRESAS QUE CONTRATAM JOVENS E PESSOAS COM MAIS DE 40 ANOS PODERÃO TER INCENTIVOS

Empresas que admitem em seus quadros profissionais com mais de 40 anos ou jovens que nunca trabalharam com carteira assinada poderão ter redução no pagamento de algumas contribuições, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. Outra proposta acolhida pela CAS dá prioridade ao julgamento de ações relativas a demissões por justa causa.

PÁGINA 8



Antonio Carlos com o presidente do Conselho da Federação da Rússia, Igor Stroeve, que elogiou a atuação do presidente do Senado

ACM recebe comitiva de autoridades russas

O presidente do Conselho da Federação da Rússia, Igor Stroeve, e uma comitiva de governadores e parlamentares daquele país foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Stroeve renovou convite para uma visita oficial de Antonio Carlos à Rússia.

PÁGINA 2

CONVITE ÀS EMPRESAS

Quem aderir ao programa de primeiro emprego ou contratar funcionários com mais de 40 anos poderá obter vantagens

- Redução de 50% nas alíquotas das contribuições do sistema S (Sesc, Senal, Sesi, Senac)
- Redução de 75% na alíquota de contribuição do FGTS
- Bolsa de aprendizagem profissional, custeada com recursos do FAT, para os contratados na faixa de 18 a 25 anos sem experiência profissional, durante um ano
- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)



Presidente da Câmara Alta russa elogia atuação de ACM

Segundo Iegor Stroev, o senador Antonio Carlos Magalhães tem contribuído para a superação dos problemas enfrentados pelo país

Em visita oficial ao Brasil, Iegor Stroev, que preside o Conselho da Federação da Rússia – a Câmara Alta do Parlamento russo –, elogiou a atuação do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, na vida pública brasileira. Ele destacou também a contribuição do senador à superação dos problemas enfrentados pelo país. Os dois políticos conversaram ontem no gabinete da presidência do Senado.

– Atravessamos o Oceano Atlântico para conhecer melhor este grande país que se chama Brasil, e aqui encontramos este grande político, que tem tanta experiência e passou por muitas etapas, sempre superando as dificuldades surgidas – afirmou Stroev, que ocupa o terceiro cargo em importância na hierarquia política russa. Ele afirmou que Antonio Carlos, por ser formado em Medicina, trouxe para a atividade política “a mesma chama humanitária de sua profissão”.

O senador aproveitou para mostrar aos visitantes detalhes do Palácio do Congresso, explicando que se trata da obra “do arquiteto genial que fez Brasília, Oscar Niemeyer”.

– Quero dizer da felicidade do povo brasileiro por receber esta delegação do Parlamento da Rússia, presidida por um homem altamente capaz e de grande experiência. As relações entre o Brasil e a Rússia se fortaleceram bastante neste contato, que será repetido.

Durante o encontro, foram lem-



O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu em seu gabinete Iegor Stroev (à sua direita) e outros membros da comitiva russa

bradas particularidades do relacionamento entre os dois países e os dois parlamentos. Stroev apontou semelhanças entre os sistemas políticos, ambos bicamerais, e o papel desempenhado pelos dois parlamentos. Ele também sublinhou a coincidência de pontos de vista entre os dois países no plano internacional. É o caso, disse, das posições pela proibição e controle dos mísseis antibalísticos, armas nucleares e minas antipessoais terrestres. Fez também um histórico das transformações ocorridas na Rússia nos últimos dez anos. Stroev reafirmou o interesse da Rússia numa maior aproximação com o Brasil. Renovou ainda convite para visita oficial do presidente do Senado à Rússia e para participar do Fórum de Economia Internacional, a ser realizado em São Petesburgo.

Antonio Carlos confirmou o interesse do Brasil em estreitar os laços com a Rússia. Ele enfatizou as coinci-

dências nas situações dos dois países, ambos com dimensões territoriais continentais e tendo que superar desigualdades internas.

Quatro governadores de regiões (semelhantes aos estados brasileiros) integraram a comitiva: Nikolai Vinogradov, de Vladimir; Guennadi Iguminov, de Perm; Iuri Lodkin, de Briansk; e Anatoli Efremov, de Arkrhangelsk.

A delegação incluiu ainda os parlamentares Nikolai Volodin, vice-presidente da Comissão da Política de Previdência do Conselho da Federação; Serguei Riabukhin, vice-presidente da Comissão para Ciência, Cultura, Educação e Saúde; Mikail Mikheev, titular da Comissão de Política Agrária; Farid Mukhametchin, da Comissão para Questões da Federação e Política Regional; e Vladimir Nikitov e Mikhail Korobeinikov, respectivamente chefes do Aparelho e da Secretaria do presidente do Conselho da Federação.

Jantar com FHC foi “ótimo”, diz Antonio Carlos

Foi um jantar “ótimo”, em que se falou de “amenidades” e no qual a conversa com o presidente Fernando Henrique Cardoso foi “simpaticíssima”. Assim descreveu ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o encontro que reuniu na

noite de terça-feira, na casa do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), a bancada do PFL no Senado e o presidente da República.

Antonio Carlos elogiou a hospitalidade de Bornhausen que, na condição de presidente do Partido da Frente Liberal, foi o

anfitrião. Ele disse ainda que, após o encontro, “ninguém correu risco de indigestão”, em alusão à indisposição gástrica apresentada por Fernando Henrique Cardoso no dia seguinte a um jantar que teve com parlamentares do PMDB.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

11h – *Preside sessão deliberativa ordinária*
12h – *Preside sessão conjunta do Congresso Nacional*

PLENÁRIO

10h – *Sessão deliberativa ordinária*

Pauta: Mensagem nº 99/2000, que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 505 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), na modalidade de ajuste setorial – Reforma da Previdência Social/Segunda Fase, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil; quinto e último dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; quinto e último dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 7/99, que altera o art. 101 da Constituição federal (alternância de nomeações entre pessoas do sexo masculino e do feminino para ministro do Supremo Tribunal Federal); quinto e último dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 63/99, que dá nova redação ao inciso II e à alínea “b” do inciso III do parágrafo 1º do art. 40 da Constituição federal (aposentadoria baseada em parâmetros etários); primeiro dia de discussão em segundo turno da PEC nº 66/99, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; PLS nº 687/99, define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-Lei nº 2.848/40 – Código Penal e a Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, para tipificar novas condutas; PDL nº 190/99, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa Oswaldo Cruz para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Sertãozinho (SP); PR nº 29/2000, autoriza a União a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até US\$ 185 milhões, de principal, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae); Requerimento nº 255/2000, do senador Roberto Saturnino, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 450/99, com o PLC nº 10/2000, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 256/2000, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 92 e 101, de 2000, por regularem a mesma matéria.

12h – *Sessão Conjunta do Congresso Nacional*

Pauta: promulgação da emenda à PEC nº 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do artigo 7º e revoga o artigo 233 da Constituição federal igualando o prazo prescricional de cinco anos para que os trabalhadores urbanos e rurais impetrem ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho. *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

10h – *Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul*

Pauta: discussão e votação dos relatórios do deputado Germano Rigotto à Mensagem nº 681/99, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Extradicação entre os Estados-Partes do Mercosul e do deputado Nárcio Rodrigues ao PL nº 910/99, que dispõe sobre a aquisição de produtos lácteos pelo governo federal. *Plenário 16 – Anexo II da Câmara dos Deputados*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira
9h – *Sessão não deliberativa*

COMISSÕES

Terça-feira

10h – *Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

Pauta: votação do relatório final do Plano Plurianual (PPA), relativo a 2000/2003. *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

Quarta-feira

9h – *Reunião do Conselho de Ética* destinada à apresentação do parecer do senador Jefferson Péres, na condição de relator da Representação nº 2/99, contra o senador Luiz Estevão. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



A senadora Emilia Fernandes presidiu reunião sobre as causas do acidente que provocou o vazamento de óleo em duto da Petrobras

Sindicalistas são ouvidos sobre vazamento de óleo na baía de Guanabara

Em audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Roberto Odilon Horta, afirmou não ter sido surpresa para ele o vazamento de óleo ocorrido em um duto da Petrobras na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Segundo afirmou, as condições dos dutos da empresa são precárias e os acidentes comuns. De acordo com o sindicalista, o vazamento poderia ter sido evitado, já que acidente semelhante, de menor porte, ocorreu em 1997 no mesmo duto e não recebeu a devida atenção da empresa.

O diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Júlio Colombi Neto, também foi ouvido. Disse ele que a ANP, que tem entre as atribuições fiscalizar as atividades das empresas ligadas à indústria do petróleo, acompanhou de perto a atuação da Petrobras após o acidente. De acordo com Colombi, a agência elaborou portaria que estabelece uma rotina

com as providências a serem tomadas nas primeiras 12 horas após problemas de vazamento.

— Solicitamos esclarecimento à Petrobras e autuamos a empresa. Fizemos visitas ao local e identificamos problemas, como a falta de um sistema automatizado de controle na supervisão dos dutos — informou.

O representante do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias, Nilson Cesário Vianna, afirmou que o sindicato já havia alertado a Petrobras de que grave acidente estava prestes a acontecer. Já o representante do Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro, Jorge Costa do Nascimento, disse ter encontrado falhas nas estratégias de segurança da Petrobras. A presidente da comissão, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), considerou que é preciso buscar alternativas para que problemas semelhantes não voltem a ocorrer.

Emilia Fernandes diz que Petrobras está sendo sucateada

Durante a audiência pública realizada ontem, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), para debater o vazamento de óleo na baía de Guanabara, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) ressaltou a importância do debate e reafirmou a preocupação do colegiado em esclarecer as causas do acidente. Para a senadora, ao mesmo tempo em que a Petrobras demonstra ser uma empresa potente deixa também transparecer a fragilidade de seus dirigentes, que a administram distanciando-se dos objetivos iniciais. Emilia cumprimentou os representantes sindicais presentes ao debate, compromissados, segundo ela, em manter a excelên-

cia da empresa. Disse ainda que compartilha do mesmo grau de indignação dos trabalhadores.

— A Petrobras está sendo sucateada, e isso não é por acaso — afirmou a senadora, para quem a empresa não está realizando a manutenção adequada de seus equipamentos e tampouco tem investido em mão-de-obra qualificada.

Para Geraldo Cândido (PT-RJ), a cada audiência pública conseguem-se mais informações quanto às verdadeiras causas do vazamento de óleo. O senador afirmou que os representantes sindicais têm contribuído mais do que a direção da Petrobras para esclarecer o acidente.

Projeto que define crimes de juízes vai a votação

Projeto deveria ter sido votado no mês passado, mas voltou à CCJ, onde o relator elaborou substitutivo alterando sobretudo a técnica legislativa

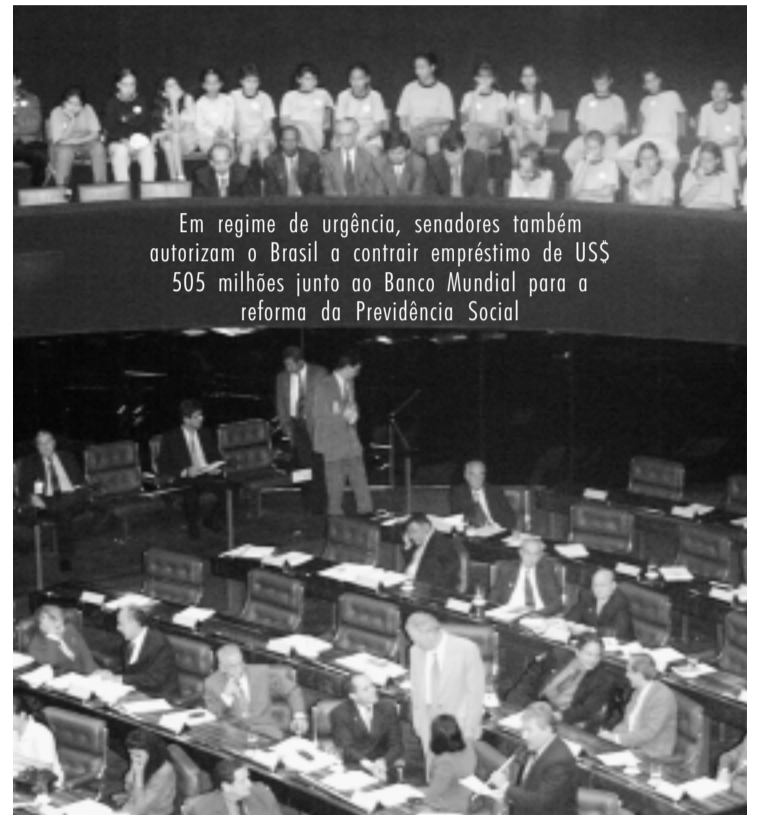
O Senado vota hoje projeto do senador Paulo Souto (PFL-BA) que define os crimes de responsabilidade dos magistrados e altera o Código Penal para dispor sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos que enriquecerem ilícitamente no exercício de mandato, cargo, emprego ou função, na administração direta, indireta ou fundacional.

Quando ia ser votado, no mês passado, o projeto voltou ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para uma nova análise. Na CCJ, o relator Jefferson Péres (PDT-AM) elaborou substitutivo, alterando sobretudo a técnica legislativa do projeto. É esse texto que será votado hoje.

Em regime de urgência, os senadores também decidem se autorizam o governo a contrair empréstimo de até US\$ 505 milhões com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), para a segunda fase da reforma da Previdência Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil.

Também hoje, o Senado realiza o quinto dia de discussão, em primeiro turno, das propostas de emendas constitucionais dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Ademar Andrade (PSB-PA) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

Simon quer ampliar de 65 para 70 anos o limite máximo de idade para nomeação de magistrados e ministros dos tribunais superiores. Ele também deseja aumentar de 70 para 75 anos o limite de idade para aposentadoria compulsó-



Em regime de urgência, senadores também autorizam o Brasil a contrair empréstimo de US\$ 505 milhões junto ao Banco Mundial para a reforma da Previdência Social

ria dos servidores públicos e dos magistrados.

Com sua proposta, Ademar Andrade quer submeter a critério de alternância entre homem e mulher as nomeações para ministros do Supremo Tribunal Federal, de modo que não ocorram duas nomeações consecutivas de pessoas do mesmo sexo.

Já Ramez Tebet defende a elevação para 65 anos, no caso das mulheres, e para 70 anos, no caso dos homens, da idade para a aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. No mesmo texto, ele aumenta de 70 para 75 anos

a idade da aposentadoria compulsória dos servidores públicos.

Em segundo turno, o Senado volta a discutir a proposta de emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação, no Nordeste e Centro-Oeste, de percentuais mínimos dos recursos destinados pelo país à irrigação. De autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), o objetivo da emenda é garantir que o Nordeste continue, por mais dez anos, com 50% desses recursos, ficando o Centro-Oeste com 20%. Depois de votada em segundo turno, a matéria ainda será decidida na Câmara dos Deputados.



Osmar Dias, autor do projeto que unifica prazos prescricionais para trabalhadores urbanos e rurais

Congresso promulga emenda sobre relações trabalhistas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocou para hoje, às 12h, logo após a sessão plenária ordinária, reunião do Congresso Nacional para promulgação da Emenda Constitucional nº 28, resultante de proposta do senador Osmar Dias (PSDB-PR), que unifica, para os trabalhadores urbanos e rurais, os prazos prescricionais referentes a créditos resultantes de relações de trabalho.

O autor da emenda disse que, da forma como está hoje, o prazo prescricional das ações trabalhistas impõe um tratamento diferenciado entre esses trabalhadores, prejudicando sobretudo os da área rural. A emenda a ser promulgada elimina o artigo 233 da Constituição, o qual perde sentido, na medida em que o prazo prescricional passa a ser quinquenal para todos os trabalhadores.

**COMBATE À
POBREZA**



Substitutivo do senador Lúcio Alcântara à proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães será agora enviado à Câmara dos Deputados

Emenda que cria fundo contra pobreza vai à Câmara

Por 61 votos a nove, o Senado aprovou ontem substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) à proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que institui, para vigorar até 2010, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A matéria seguirá agora para a Câmara dos Deputados e, se aprovada, irá à promulgação.

Quando entrar em vigor, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza permitirá ao governo dispor de cerca de R\$ 4 bilhões anuais para reduzir os problemas sociais do país. Os recursos do fundo deverão ser aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de interesse social.

Na mesma votação, foi aprovado destaque do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para a retirada de um parágrafo que obrigaria, após a extinção do fundo, que os recursos provenientes da desestatização de empresas públicas fossem integralmente utilizados no abatimento da dívida da União.

Retirado o parágrafo, no futuro o Congresso poderá decidir se os recursos da desestatização continuarão a ser empregados no combate à miséria. “Conseguimos convencer o Plenário de que esse seria o melhor caminho na questão do combate à pobreza”, afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) após a aprovação do destaque.

O substitutivo elaborado por Lúcio Alcântara aponta, entre as fontes de receita para o combate à pobreza, além dos recursos recebidos em decorrência da desestatização, um adicional de cinco pontos percentuais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre supérfluos, dotações orçamentárias, o imposto sobre grandes fortunas, que ainda não está em vigor, e um adicional de oito centésimos sobre a alíquota da CPMF – esta válida até junho de 2002.



Alcântara: “É a proposta possível”

Ao defender o substitutivo que cria o Fundo de Combate à Pobreza, o senador Lúcio Alcântara observou que o mais cômodo, para ele, teria sido renunciar ao trabalho de relator ou deixar que a iniciativa tramitasse indefinidamente na Casa. “Tivemos que trabalhar exaustivamente para chegar a essa proposta, que, admito, não é a ideal, mas a possível”, afirmou o relator.

Alcântara disse que as posições sobre a criação desse fundo são muito arraigadas, mas salientou que, em nenhum momento, ouviu o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, lamentar ou alegar que ele não tivesse acolhido na íntegra sua proposta. Disse que, se tivesse acolhido a proposta de Antonio Carlos, o fundo a ser criado somaria uma cifra em torno de R\$ 10 bilhões anuais, e não apenas de R\$ 4 bilhões.

Depois de elogiar o trabalho feito pela Comissão Mista de Combate à Pobreza, Lúcio Alcântara sustentou ter trabalhado com as duas propostas – a dessa comissão e a de Antonio Carlos Magalhães. “Fiz o que pude”, afirmou. “Em nenhum momento disse que, se aprovada, essa emenda iria acabar com a pobreza. Mas reconheço que é um instrumento importante para entrarmos nessa luta de forma decidida e determinada.”

Ele apelou ao Plenário para que aprovasse a emenda com o maior número possível de votos. “Isso representa uma resposta do Senado, na busca de uma solução para o problema da pobreza”, disse Alcântara, pedindo também que fosse rejeitado o destaque proposto pelo senador Eduardo Suplicy. O destaque foi aprovado.

Governo disporá de R\$ 4 bilhões anuais para combater a miséria

Os R\$ 4 bilhões anuais de que o governo federal poderá dispor em média até 2010, a partir da aprovação final do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, equivalem a pouco menos da metade da verba prevista no Orçamento de 2000 para o atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS). Ou, ao total previsto neste ano para o programa Novo Emprego e Seguro Desemprego. A arrecadação prevista para o fundo seria ainda duas vezes maior do que a dotação aprovada para os programas de atenção aos deficientes físicos.

Os recursos do fundo, cuja criação foi aprovada em segundo tur-

no pelo Plenário ontem, só estarão disponíveis, no entanto, se a proposta for acolhida também pelos deputados, em dois turnos de votação. De acordo com o texto aprovado pelo Senado, as verbas serão utilizadas em programas de educação, saúde, habitação e reforço de renda familiar, além de ações suplementares de nutrição.

Entre as fontes de receita do fundo, conforme o substitutivo elaborado pelo relator, senador Lúcio Alcântara, e aprovado em Plenário, constam um adicional de cinco pontos percentuais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos supérfluos, dotações orçamentárias, o imposto so-

bre grandes fortunas e um adicional de oito centésimos sobre a alíquota da CPMF – este válido até junho de 2002. Depois desta data, o adicional sobre a CPMF seria substituído por um fundo criado a partir da economia no pagamento de juros obtida pelo governo após a privatização de estatais.

Segundo números colhidos por Alcântara junto aos resultados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), existem atualmente no Brasil 54 milhões de pobres, dos quais 24 milhões em estado de indigência. A pobreza, observou o senador, afeta de maneira mais aguda a área rural, as regiões Norte e Nordeste, as crianças e a parcela

não-branca da população.

O relator lembra, no entanto, que os problemas sociais decorrem menos do grau de riqueza do Brasil do que da má distribuição de renda. “O povo brasileiro não é pobre por falta de riqueza no país e sim pela desigualdade absurda e renitente que aqui vigora”, afirma Alcântara. O senador cita os chamados Tigres Asiáticos – em especial Coreia, Taiwan, Indonésia e Malásia – como exemplos de países que vêm obtendo sucesso na redução das desigualdades. Entre os principais fatores do sucesso desses países, cita Alcântara, estão a reforma agrária e a universalização do ensino de primeiro e segundo graus.

Plenário aprovou por 61 votos contra nove a criação do fundo, cujos recursos deverão ser aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde e reforço de renda familiar, entre outros

LINHA DE POBREZA

Estudo realizado em 1995, com base na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 1990, indicou a existência de **41,9 milhões de pobres no país**

Famílias brasileiras, conforme a renda mensal (*)

Sem rendimento	3,7%
Até 2 salários mínimos (Δ)	22,9%
Mais de 2 até 5 salários mínimos	29,2%
Mais de 5 até 10 salários mínimos	21,0%
Mais de 10 até 20 salários mínimos	12,5%
Mais de 20 salários mínimos	8,4%

● Baseada na PNAD de 1996
 Δ Valor do mínimo: R\$ 120 (setembro de 1996)

COMO GASTAR

R\$ 4 bilhões anuais seriam suficientes para pagar uma cesta básica (*) todos os meses para **2,8 milhões de famílias**

(*) R\$ 115,92 em abril de 2000 em São Paulo

Fontes: IBGE, Ministério da Ciência e Tecnologia e Drees



COMBATE À POBREZA



Senadores como Roberto Saturnino, Sebastião Rocha e Ramez Tebet votaram a favor da emenda constitucional, mas ressaltaram que ela não resolverá inteiramente o problema



Antonio Carlos garantiu que a criação de imposto não será entrave para a concretização do fundo

ACM enfatiza que luta contra miséria é prioridade

Dizendo-se “muitíssimo” satisfeito com o resultado da votação de Plenário que aprovou a criação de um fundo para a erradicação da pobreza no país, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, idealizador da proposta, garantiu que a necessidade de instituir um imposto como uma das fontes de recurso não será entrave para a concretização da medida:

– Não há nada de “ilusório” nisso. Esse problema vai ter prioridade no Congresso e no Poder Executivo. É uma questão de bom senso. Hoje, quem não entrar no combate à pobreza estará fora do mundo. Atualmente, o mundo inteiro participa disso – afirmou.

O senador ressaltou a expressiva manifestação de seus pa-

res em favor da iniciativa:

– O Plenário do Senado aprovou, por larga margem, algo que será extremamente útil na erradicação da pobreza, ou, pelo menos, na diminuição da pobreza no país. É um primeiro passo, mas é um grande passo que se dá, para acabar com problema de tal gravidade, que atinge o mundo todo, mas, em particular, o Brasil – disse.

Ao entrar no Plenário para presidir a sessão na qual aconteceu a votação, Antonio Carlos foi questionado pelos jornalistas se o volume de recursos previsto seria suficiente para o programa. “Não, mas vamos ter mais”, respondeu o senador. “Vamos ter que tirar de qualquer lugar, porque a pobreza está acima de qualquer outro interesse.”



Luiz Otávio elogiou cruzada, que, segundo ele, pode melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro

Luiz Otávio acha que PEC pode diminuir desigualdade

Ao discutir o projeto de emenda à Constituição que cria o Fundo de Combate à Pobreza, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) disse acreditar que a criação do fundo poderá diminuir a desigualdade social no Brasil. Para o senador, é necessário ter fé e acreditar que a situação pode e deve mudar.

Luiz Otávio lembrou que, para que algo aconteça e possa mudar os rumos dos acontecimentos, é necessário haver determinação e vontade. Por isso, elogiou a iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e da senadora Marina Silva (PT-AC) nessa “cruzada que pode melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro”.

Marina aponta consenso e cobra medidas

O Brasil, disse a senadora Marina Silva (PT-AC), vive um dilema: ao mesmo tempo em que há um consenso político em torno da necessidade de combate à miséria e à pobreza no país, as medidas tomadas vão em sentido contrário.

Como exemplo, a senadora citou o próprio fundo, que deveria totalizar recursos da ordem de R\$ 8 bilhões e terá, de fato, R\$ 4 bilhões anuais. Outra proposta da comissão especial que tratou da erradicação da pobreza foi a de recuperar o salário mínimo, afirmou.

Os recentes cortes no Orçamen-



Para Marina, os recentes cortes no Orçamento feitos pelo governo atingiram também a área social

to feitos pelo governo, recordou a senadora, atingiram também a área social, o que reitera a desagradável posição de campeão em desigualdades atribuída ao Brasil

pelo Banco Mundial:

– O Brasil cresce como ramo de maracujá. Quanto mais cresce, mais perto do chão fica – lamentou.

Tebet: voto com esperança, mas sem convicção

Ao encaminhar seu voto favorável, Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que votava dessa forma para se apegar “a um raio de esperança”, mas sem convicção de que o fundo contra a pobreza vá eliminar a pobreza da sociedade brasileira. Segundo o senador, o convívio com os eleitores de seu estado aponta que a população de modo geral professa a mesma descrença.

Na opinião de Tebet, a pobreza só será eliminada por meio do aumento das oportunidades de emprego, o que exigiria estimular in-



Tebet lembrou que combate à pobreza está inscrito em dispositivo constitucional

vestimentos por parte de pequenas e médias empresas, que têm mais capacidade de geração de empregos. Tebet observou também

que o combate à pobreza integra um dos objetivos permanentes do país e está inscrito em dispositivo constitucional.

Para Rocha, fundo é apenas o primeiro passo

Sebastião Rocha (PDT-AP) declarou seu voto favorável à PEC do Fundo de Combate à Pobreza, mas salientou que a proposta não será uma panacéia que resolverá todos os problemas do Brasil. “É apenas um primeiro passo. Se o projeto não é um avanço, também não é um retrocesso”, frisou.

O senador destacou a necessidade de os parlamentares pressionarem o governo para liberar mais recursos para o Fundo de Combate à Pobreza. “Eu gostaria de estar votando um fundo de R\$ 8 bilhões, com mais fontes de recursos, mas não se deu dessa for-



Sebastião Rocha: é necessário pressionar o governo para garantir mais recursos

ma”, lamentou.

Rocha pediu a rejeição, em votação em separado, de artigo que prevê a destinação dos recursos que restarem no fundo, após dez anos, para o pagamen-

to de dívidas do governo. O senador acredita que tal modificação melhorará a qualidade do projeto. “Assim não estaremos ajudando os ricos que espoliam o Brasil”, disse.

Saturnino acusa governo de reduzir verbas

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) votou a favor do Fundo de Combate à Pobreza, mas sob protesto. Para ele, a proposta que saiu da comissão especial era bem mais abrangente e, por interferência direta do Planalto, foi modificada para adequar-se “à subserviência do governo aos banqueiros internacionais e à elite endinheirada do país, que é maior do que sua preocupação com miséria e exclusão social”.



Saturnino diz que Planalto interferiu para reduzir recursos do fundo à metade

Saturnino admitiu que, bem ou mal, a proposta dará “algum dinhei-

ro para os mais carentes”, mas nem de longe poderá fazer real diferença no combate à injustiça e à miséria, problemas nucleares da sociedade brasileira. Na opinião do senador, é essa situação de desigualdade social que gera as tensões que vão desaguar na violência:

– Ela (*a violência*) cresceu tanto nos últimos tempos que, finalmente, começa a preocupar o próprio governo, estimulando-o a tomar medidas de segurança pública.



O texto final da proposta de emenda à Constituição que cria o fundo contra a pobreza foi criticado em Plenário por senadores dos partidos de oposição e alguns do PMDB

Suplicy lamenta que renda mínima tenha sido excluída

Ao discutir a criação do Fundo para Erradicação da Pobreza, ontem, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou ser obrigado a votar contra a iniciativa. Para ele, a proposta que saiu da comissão especial que estudou o tema, destinando 75% dos recursos



Suplicy estranha pressa com que o governo atende aos credores

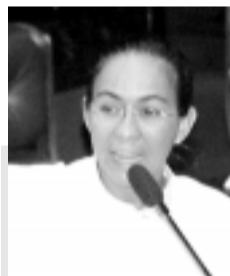
mais contempla o programa de renda mínima", ressaltou.

Segundo Suplicy, são cerca de 48 milhões de brasileiros (29% da população) que não têm condição de sobrevivência digna, seja por serem idosos ou desempregados. O senador manifestou sua estranheza diante da pressa com que o governo atende aos credores internacionais, contrastando com a política de adiar sempre o combate efetivo à pobreza.

Heloísa cobra mudança na atitude de indiferença da elite

O Congresso não precisaria estar discutindo a criação de mecanismos para combater a pobreza, se o que prevê a Constituição fosse respeitado, no que diz respeito à saúde, à educação e à assistência social, observou a senadora Heloísa Helena (PT-AL).

— Acredito que, mais cedo ou mais tarde, a população vai conseguir, de alguma forma, pressionar a elite a mudar sua atitude de indiferença quanto às questões sociais. O omelete ministerial foi apenas um pequeno fato insignificante — comentou, re-



Heloísa Helena defende respeito à Constituição

ferindo-se ao caso do manifestante que quebrou um ovo na cabeça do ministro da Saúde José Serra.

A senadora por Alagoas lembrou que o senador Pedro Simon (PMDB-RS), em pronunciamento feito no Plenário há alguns meses, afirmou que seria

capaz de quebrar o vidro de uma padaria e levar alimento para seu filho, se soubesse que ele estava passando fome. Ela lembrou que esta é a atitude normal de um pai vendo o seu filho morrendo de fome.

Pedro Simon afirma que os recursos são insignificantes

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou a votação do projeto de emenda à Constituição que cria o Fundo de Combate à Pobreza o sepultamento de mais uma perspectiva para o Brasil atacar o problema da fome e da miséria que atinge o país. Na sua



Simon: Brasil perde oportunidade de combater pobreza

opinião, os recursos destinados ao fundo são insignificantes e só combaterão a pobreza "de men-

zinha". Mesmo assim, ele manifestou seu voto favorável à proposta. Simon também criticou o presidente Fernando Henrique Cardoso por ter pressionado senadores a votarem na Comissão de Assuntos Econômicos contra projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que impedia o governo de vender ações da Petrobras.

Proposta não avança, afirma Geraldo Cândido

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) criticou a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate à Pobreza. Para ele, o fundo a ser criado não passa de um "projeto de brincadeira", que não representa avanço algum para se erradicar a miséria no país.

— Como não gosto de brincadeira e de demagogia, voto contra — afirmou o parlamentar, que citou o líder da revolução bolchevique, Wladimir Ulianov Lênin, segundo o qual, "de boas intenções, o inferno está cheio".

De acordo com Geraldo Cândido, muitos políticos fazem "belos discursos", mas, no momento de decidir, votam contra o povo.

— Eles estão comprometidos com o sistema — atacou o senador.

Para Valadares, governo age contra iniciativa

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza é insignificante, mas o governo vai fazer tudo para engavetá-lo na Câmara, previu o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que votou a favor da proposta, apesar de criticá-la. Segundo ele, o Executivo deverá ignorar a criação do fundo, "do mesmo modo que fez com o Orçamento dos exercícios de 1999 e 2000".

O senador disse que os investimentos públicos estão sendo cortados para pagar juros da dívida externa, cujo valor saltou de US\$ 60 bilhões para US\$ 500 bilhões no governo Fernando Henrique Cardoso. Ele lamentou a situação da saúde no país, citando problemas em Sergipe e no Rio.



Geraldo Cândido diz que não gosta de demagogia

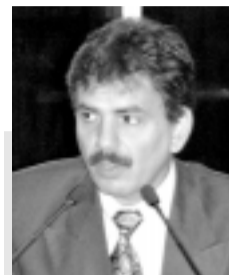


Valadares: proposta pode parar na Câmara

Fundo é "absolutamente inócuo", constata Ademir

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza "é absolutamente inócuo", garantiu o senador Ademir Andrade. Ele advertiu que, apesar de a PEC destinar recursos para as ações suplementares de nutrição, habitação e saúde, o Orçamento da União também prevê verbas para essas áreas, e o presidente Fernando Henrique pode remanejar recursos que já seriam destinados às áreas sociais.

— Ele pegou o dinheiro da CPMF



Ademir: aplicação dos recursos está nas mãos do governo

que entrou para a saúde (naquela época R\$ 8 bilhões), jogou no orçamento do Ministério da Saúde e, depois, tirou os recursos que eram daquele ministério. O presidente Fernando Henrique poderá pegar os R\$ 4 bilhões do fundo e dizer: "Agora, o dinheiro da

merenda escolar ou do saneamento vai ser pago com o Fundo da Pobreza. A aplicação prática está nas mãos do Poder Executivo — acentuou Ademir Andrade.

Obrigação de pagamento a credor é condenada por Lando

O senador Amir Lando (PMDB-RO) protestou contra o dispositivo do projeto que destina, ao pagamento das dívidas da União, os recursos do fundo contra a pobreza após o prazo de 10 anos. Para ele, isso representa um acinte à soberania nacional, porque significa incluir, no texto da Constituição, uma obrigação de pagar aos credores internacionais. O dispositivo foi suprimido do texto.

Para Lando, a iniciativa do fun-



"Um acinte à soberania nacional", afirma Amir Lando

do é boa, mas o projeto deveria incluir uma gestão executiva dos recursos do fundo e não consultiva como prevê o texto aprovado. Ele protestou, ainda, contra o fato de os recursos do fundo serem orçamentários, ou seja, "se a vontade imperial do governo assim o de-

sejar, esses recursos poderão ser podados, como já o foram R\$ 2 bilhões da área social previstos no Orçamento para o ano 2000".

Dutra: "Emenda Malan" não tem consenso nem no governo

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) fez um apelo à maioria na Casa para que rejeitasse a chamada "Emenda Malan", que destinava os recursos do Fundo de Combate à Pobreza, após 2010, para o pagamento da dívida pública. Segundo o parlamentar, a questão "não é consenso nem do

governo, nem da sua própria base de sustentação", pois seus integrantes ainda "não chegaram a um entendimento" se os recursos das privatizações devem ser utilizados exclusivamente para o pagamento dos juros, para o abatimento da dí-



Dutra diz que resultados ficaram apenas nas intenções

vida ou para outras finalidades.

Dutra reafirmou sua intenção de votar contra a PEC, como fizera no 1º turno, e lembrou que a oposição, quando da primeira votação, teve rejeitados emendas e requerimentos de destaques. Ele destacou, ainda, que, pela primeira vez, o Congresso esteve voltado para discutir uma pauta que "não era mandada pelo Palácio do Planalto", mas que o resultado "ficou apenas nas intenções, pois o governo acabou estabelecendo as definições da proposta".

Ministros do TSE explicarão ao Senado como funciona a votação eletrônica

Antonio Carlos Magalhães anuncia a audiência, prevista para o dia 1º, e o Plenário decide adiar a apreciação do projeto de Roberto Requião que altera a Lei Eleitoral

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem que alguns ministros do Tribunal Superior Eleitoral estarão na Casa no dia 1º de junho, às 9h30, para explicar o funcionamento das urnas eletrônicas e recolher sugestões dos senadores para seu aperfeiçoamento.

Em função dessa audiência com os ministros, o Plenário decidiu adiar a votação do projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que altera a Lei Eleitoral nas regras referentes ao sistema eletrônico de votação.

O projeto determina que a urna eletrônica imprimirá, em cédula individualizada e não identificável, os votos dos eleitores, para que sejam conferidos antes de depositados em urna convencional. Se, ao conferir o voto, o eleitor não concordar com o impresso, solicitará sua anulação e repetirá a votação. Caso per-



Requião propõe que a urna eletrônica imprima o voto, permitindo a conferência

sista a divergência entre os dados eletrônicos e o voto impresso, a urna será submetida a teste por pelo menos dois fiscais de diferentes partidos ou coligações. Verificado o problema, o fato deverá ser imediatamente comunicado ao juiz eleitoral para as providências cabíveis à continuação da votação e à abertu-

tura de inquérito criminal.

Ao justificar seu projeto, Roberto Requião argumenta que quer impedir práticas capazes de prejudicar o processo eleitoral. Mediante a simples exigência de que o próprio eleitor tenha certeza do candidato em quem votou, verificando seu voto impresso e previamente rubricado pelos mesários, qualquer possibilidade de fraude eleitoral ficará dificultada. Os votos, depositados em urna convencional, permitirão a recontagem em caso de suspeita de fraude.



Para Ernandes Amorim, há "uma campanha de manipulação da opinião pública"

Amorim: projeto de conversão não reduziria área de reserva

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) contestou informação divulgada pela imprensa, de que o projeto de conversão à medida provisória que altera o Código Florestal reduziria a área de reserva e preservação ambiental da Amazônia de 80% para 50%. Segundo o parlamentar, o projeto não reduz a área de reserva florestal na Amazônia, e o que existe "é uma campanha de manipulação da opinião pública".

De acordo com o senador, o projeto mantém o limite de 50% da área de propriedade particular, a título de reserva florestal, o mesmo limite que está no Código Florestal. Ele explicou que o projeto de conversão também mantém a área de preservação permanente nas encostas, cumes e margens de cursos d'água, além da proibição de desmatamento nas propriedades onde houver áreas abandonadas, subutilizadas ou utilizadas de forma inadequada.

— Na verdade, ao contrário do que se tem dito, aumenta a área de reserva florestal no caso de campos cerrados no Amazonas, Acre e Pará, que passa de 20% para 35% — afirmou Amorim, ao criticar a abordagem do tema pela imprensa em geral e inclusive pelo *Jornal do Senado*.

De acordo com o senador, o que ocorreu foi uma tentativa de usar o projeto de lei de conversão para reformar o Código Florestal, conforme interesse do G-7. Ele recordou que foi apresentada proposta elaborada no âmbito do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), não aceita pela comissão do Congresso que analisou a MP, "até porque não cabe reformar um código através de projeto de lei de conversão".

— Mas insistem e querem reeditar a MP com a proposta do Conama — ressaltou. Não vou discutir o fascismo dessa atitude. As razões não são ideológicas, mas ligadas ao valor econômico dos bens ambientais.

Aprovado acordo sobre saúde animal com a Rússia

O Senado aprovou ontem Acordo sobre Cooperação na Área de Proteção da Saúde Animal, celebrado entre o governo brasileiro e a Federação Russa, em 1999. Nos dois países, os executores das medidas preconizadas pelo acordo serão os ministérios da Agricultura e Abastecimento.

Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores, o



Mozarildo Cavalcanti: texto simples, mas de grande importância

senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que, apesar de sua importância, o acordo reveste-se de grande simplicidade em seu enunciado. Entre as metas dos dois países estão medidas recíprocas de prevenção de doenças infecciosas, assim como normas

sanitário-veterinárias de exportação, importação e trânsito de animais.

Plenário acolhe indicação de ministro para o TST

Foi aprovada ontem pelo Senado a escolha de João Batista Brito Pereira para integrar o Tribunal Superior do Trabalho, em cargo destinado a membro do Ministério Público do Trabalho, vago em decorrência da aposentadoria do ministro Armando

de Brito. A aprovação deu-se por 46 votos a favor, oito contra e três abstenções. O Senado



Bernardo Cabral deu parecer favorável à indicação

comunicará agora a decisão ao presidente da República.

Relator da mensagem presidencial na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que as atividades profissionais e a formação acadêmica do indi-

cado o credenciam para o pleno desempenho do cargo de ministro togado do TST.

Senadores manifestam pesar pela morte de empresário goiano

No final da sessão de ontem, já no início da noite, o Plenário aprovou dois requerimentos. De acordo com o primeiro, encabeçado pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), o Senado registrará em ata voto de pesar pelo falecimento de Filostro Resende Machado Neto, empresário de Goiás que faleceu na terça-feira, em acidente com um trator, no

município de Britânia (GO). Votos de condolência serão enviados à família.

O outro requerimento aprovado, de iniciativa do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), estabelece que no dia 29 de junho, a partir das 10h, o Plenário do Senado realizará sessão solene destinada a comemorar os dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Duas emissoras de rádio têm concessões renovadas

Decretos legislativos renovando as concessões outorgadas a duas emissoras de rádio foram aprovados ontem pelo Plenário do Senado.

As renovações referem-se às rádios Presidente Prudente, da cidade de Presidente Prudente (SP), e Intercontinental, de Curitiba (PR).

O PT se absteve de votar, à exceção do senador Tião Viana (AC). Os decretos agora vão a promulgação.

Pedro Piva e Lauro Campos homenageiam cirurgião

Os senadores Pedro Piva (PSDB-SP) e Lauro Campos (PT-DF) prestaram ontem homenagem ao médico Sérgio de Oliveira, por ter se classificado em primeiro lugar no concurso para a cátedra cardíaca

da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Segundo Piva, o cirurgião iniciará um novo ciclo, ocupando a mesma cátedra que anteriormente pertenceu a Eurícles Zerbini e Adib Jatene.

Já Lauro Campos afirmou que traz no coração "as marcas da eficiência, do carinho e da competência médica" de Sérgio de Oliveira. Acrescentou que credita ao cirurgião e toda a sua equipe

grande parte de sua "sobrevivência nos últimos dez anos". O senador pelo Distrito Federal solicitou à Mesa que desse conhecimento a Sérgio de Oliveira da homenagem prestada no Senado.

CAS aprova mudanças na legislação trabalhista

Prioridade para o julgamento de processos sobre justa causa e estímulo às empresas que contratarem jovens e profissionais com mais de 40 anos estão previstos em dois projetos acolhidos pela Comissão de Assuntos Sociais

Pareceres favoráveis a dois projetos que modificam a atual legislação trabalhista foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O primeiro determina que os processos sobre demissão por justa causa devem ter prioridade na pauta da Justiça do Trabalho. Relatada favoravelmente pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), a matéria segue agora para votação em Plenário. Pelo texto aprovado na CAS, o julgamento dessas ações não poderá ultrapassar o prazo de 120 dias. A comissão não acatou emenda contida em voto em separado da senadora Heloísa Helena (PT-AL), para que a reintegração de dirigentes sindicais, concedida por meio de liminar, não seja revogada até o trânsito em julgado da decisão.

— Esta é uma questão técnica; não podemos tirar o livre arbítrio dos juízes — argumentou o relator. A outra proposta estabelece medidas para estimular a contratação de jovens que nunca trabalharam com carteira assinada e de profissionais com mais de 40 anos. O relator desta proposta, senador Luiz Pontes (PSDB-CE), apresentou substitutivo prevendo que as empresas que contratarem trabalhadores nessas condições poderão ter redução de 50% nas alíquotas relativas a contribuições do chamado sistema S (Sesc, Senac, Sesi e Senai) e de 75% nas contribuições do FGTS. O projeto será votado ainda em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O relator manteve a exigência, prevista no texto dos dois projetos — de autoria dos senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Paulo Hartung (PPS-ES) —, de que, para ser beneficiada, a empresa precisa enviar ao Ministério do Trabalho, anualmente, a relação dos contratados nessas condições.



A Comissão de Assuntos Sociais aprovou prazo máximo de 120 dias para que a Justiça do Trabalho julgue ações referentes a demissão por justa causa

Projeto sobre manguezais aguardará Código Florestal

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou também o sobrestamento do projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que disciplina a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aqüicultura. A discussão do projeto deverá aguardar uma definição sobre a tramitação de medida provisória que altera o Código Florestal, em exame no Congresso Nacional.

A proposta de Maria do Carmo, que tem parecer favorável do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), prevê os casos em que poderá ser autorizada a supressão total ou parcial de florestas e demais formas de vegetação permanente.

Desse modo, está previsto que poderá ser feita supressão, em



Maria do Carmo é autora da proposta que disciplina a supressão da cobertura vegetal

caráter parcial, na implantação de projetos de aqüicultura em áreas previamente selecionadas. No entanto, essa área desmatada, no caso de manguezais, não poderá ultrapassar 10% da área

coberta, em todo o país, por esse tipo de vegetação.

Também será permitida, de acordo com o projeto, a supressão da floresta nas áreas de antigas salinas e viveiros de peixes, para utilização em projetos de aqüicultura, vedada qualquer ampliação da superfície explorada quando da desativação dessas salinas e viveiros. A supressão da floresta será permitida também quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

A autora do projeto esclarece, na justificativa, que o Brasil detém a maior área de manguezais do mundo, estimada em 2.500.000 hectares.

Jornada de trabalho será tema de audiência

Três requerimentos para realização de audiências públicas foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. Um deles, de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO), propõe que sejam discutidos com representantes das principais centrais sindicais e de entidades patronais os aspectos do projeto de lei que prevê a redução da jornada máxima de trabalho para sete horas.

Deverão participar da audiência os presidentes da Confederação Nacional da Indústria, Carlos Eduardo Moreira Ferreira; da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira

Santos; da Central Única de Trabalhadores, Vicente Paulo da Silva; da Central Geral dos Trabalhadores, Antônio Carlos dos Reis; da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva; e da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, Manoel dos Santos.

Também em requerimento, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) solicitou audiência pública conjunta da CAS e da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para discutir a Política Espacial Brasileira, especialmente os problemas sociais existentes na região do Centro de Lançamentos de Alcântara, no Maranhão. Heloísa propôs que

sejam convidados o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg; o procurador da República no Maranhão, Nicolau Costa Neto, além de sindicalistas rurais de Alcântara.

Para instruir o processo da regulamentação das cooperativas de trabalho, foi apresentado pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) requerimento de audiência pública, na qual serão ouvidos o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Antônio Alves de Almeida, e o presidente da Coordenação Confederativa dos Trabalhadores, José Calixto Ramos.

Comissão do Mercosul examinará extradição

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul examinará hoje, às 10h, mensagem do Poder Executivo que trata do acordo de extradição entre os países-membros desse bloco (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), concluído em 1998. A mensagem tem parecer favorável do relator, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS).

De acordo com a matéria, serão causas de extradição atos qualificados como delitos segundo as leis do país requerente e as do país requerido. Neste caso, a pessoa reclamada terá todos os direitos e garantias concedidas pelo Estado em que se encontra, devendo ser assistida por um defensor e, se necessário, por intérprete.

Ainda segundo a mensagem, não serão casos de extradição, entre outros, delitos exclusivamente militares, crimes de natureza política e quando a pessoa reclamada for menor de 18 anos na época da prática do ato.

Também está prevista para a reunião análise do projeto de lei da Câmara dos Deputados que proíbe o Poder Executivo de adquirir produtos laticínios originários de países que não sejam membros do Mercosul. O relator da proposta, deputado Nárceo Rodrigues (PSDB-MG), concedeu parecer favorável à aprovação da matéria.

Ministro explicará mudanças no Orçamento

Comissão aprova a convocação de Martus Tavares para justificar a decisão do governo federal, anunciada na semana passada, de contingenciar R\$ 7 bilhões das verbas orçamentárias deste ano

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional aprovou ontem a convocação do ministro do Planejamento, Martus Tavares, para explicar o contingenciamento, previsto para este ano, de R\$ 7 bilhões no Orçamento. O ministro também deverá fazer uma explanação a respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já que a proposta foi mudada em face do Plano Plurianual (PPA), obedecendo à nova metodologia do Orçamento da União.

A informação é do presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), ao informar, no entanto, que o ministro somente comparecerá ao Plenário da comissão mista depois da discussão e votação do Plano Plurianual, previsto para a próxima terça-feira, a partir das 15h. A votação do PPA estava marcada para esta semana, mas foi adiada em virtude de problemas envolvendo a confecção gráfica do documento final.

A convocação do ministro do Planejamento partiu do deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), após protestar contra os cortes orça-



Mestrinho (D) esclareceu que ministro do Planejamento só virá ao Congresso depois da discussão e votação do PPA, marcadas para a próxima terça-feira

mentários da ordem de R\$ 7 bilhões, já anunciado pelo governo. "A Comissão Mista do Orçamento foi desmoralizada com esses cortes, já que as receitas são discutidas e votadas, de acordo com a Constituição, por deputados e senadores e não pelo ministro", observou Sérgio Miranda.

O deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), apesar de concordar com a convocação do ministro Martus Tavares, lembrou que o governo apenas "contingenciou", e não simplesmente "cortou" os R\$ 7 bilhões do Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, conforme havia garantido Sérgio Miranda. Segundo ele, essa é uma prática normal a que o governo

tem direito.

O deputado João Fassarella (PT-MG) estranhou que o contingenciamento tenha atingido justamente as emendas aprovadas pelos parlamentares na comissão mista, fazendo com que o Orçamento retornasse à sua posição original, ou seja, o apresentado inicialmente pelo governo.

Para Gilberto Mestrinho, não houve qualquer corte (veto) no Orçamento deste ano pelo governo. O que ocorreu, segundo ele, foi uma suspensão de recursos — no caso R\$ 7 bilhões — para acompanhar o comportamento da receita pública e ver se os recursos podem ou não atender às despesas. É o chamado contingenciamento.

CCJ aprova parecer favorável a proposta que cria unidades de conservação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA) aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto da Câmara que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Antes de ir ao Plenário do Senado, a matéria terá o mérito avaliado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Apesar de o parecer de Lobão não tratar do mérito do projeto, a CCJ decidiu se pronunciar quanto a este aspecto, rejeitando cinco emendas do senador Jonas Pi-

nheiro (PFL-MT), que atendiam a reivindicações de proprietários rurais.

Ao aprovar ontem a PEC nº 11/99, do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a CCJ garantiu que o limite máximo de 65 anos para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União não

se aplique aos auditores que já tenham cumprido outros requisitos para investidura no cargo. Alterada pela Emenda de Plenário nº 1, a PEC nº 51/95 aumenta de três para cinco o número de membros



Reunião da CCJ também aprovou pareceres favoráveis a três emendas constitucionais

dos tribunais de contas de novos estados. Por recomendação do relator, senador Bernardo Cabral, a CCJ decidiu arquivar a PEC nº 37/97, prejudicada pela extinção do Fundo de Estabilização Fiscal.

Uso de informações poderá ter novas regras

Projeto que disciplina o uso de informações armazenadas em banco de dados referentes a pessoas físicas e jurídicas foi aprovado por unanimidade na manhã de ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo. Assim, se não houver recurso para votação em Plenário, o projeto segue direto para a apreciação da Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a matéria atribui direitos e responsabilidades para todos os envolvidos no processo de troca de informações, que ocorre toda vez que um cidadão ou empresa faz compras pela Internet, utiliza um cartão de crédito ou preenche uma ficha de cadastro em um banco. Com transações desse tipo, há a disponibilização e o armazena-

mento de dados pessoais.

O relator Álvaro Dias (PSDB-PR) destacou que o objetivo da matéria é evitar que tais informações sejam usadas como mercadoria ou forma de controle sobre a vida das pessoas e atuação de empresas. Ele destacou que vários países já possuem mecanismos que permitem ao cidadão verificar a qualidade das informações existentes a seu respeito.

Jader: cortes inviabilizam projetos estratégicos

O senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB, defendeu em Plenário a convocação do ministro Martus Tavares para comparecer ao Senado para explicar os cortes orçamentários. Ele também enviou requerimento nesse sentido à



Jader citou várias rodovias cujas obras poderão ficar paralisadas com os cortes

Comissão Mista do Orçamento.

Segundo Jader Barbalho, é preciso esclarecer os critérios usados para a elaboração dos cortes, que acabaram por "inviabilizar projetos estratégicos" para o desenvolvimento regional, sobretudo na região Norte. O senador citou, como exemplo, as dotações de recursos para rodovias, como a Transamazônica e Santarém/Cuiabá, e hidrovias, como Araguaia/To-

cantins, no Pará.

Jader disse que há dois anos o presidente Fernando Henrique, em visita ao estado, prometeu utilizar verbas de contingência da Presidência da República para a recuperação da Transamazônica, mas até hoje não foi

liberado um centavo sequer:

— O Orçamento da União, a peça principal da administração pública e de responsabilidade e participação do Congresso Nacional, virou uma peça de ficção — frisou.

Gilberto Mestrinho lembrou que a Comissão Mista de Orçamento já aprovara requerimento para a convocação de Martus Tavares (*ver matéria ao lado*).

Brindeiro fala à comissão sobre denúncias das CPIs

Na próxima quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promoverá duas audiências públicas, por solicitação do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Às 9h30, será ouvido o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, convidado a falar sobre denúncias de desvios em procedimentos internos e sobre o rumo, no âmbito da Procuradoria-Geral da República, dos encaminhamentos adotados pelas diversas CPIs do Congresso Nacional.

Em seguida, a CCJ pretende debater a chamada Lei da Mordaza — que proíbe magistrados e membros do Ministério Público se manifestarem sobre processos em curso — com representantes dos meios de comunicação e de entidades da sociedade civil, como Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Essas audiências foram marcadas ontem, durante reunião da CCJ.

O presidente da comissão, senador José Agripino (PFL-RN), lembrou que ainda estão pendentes audiências públicas sobre cooperati-

vismo, a PEC que vincula recursos para a saúde e a criação de três novos estados.

Por sugestão do relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS), a CCJ também deverá promover audiência pública a respeito do projeto do Senado que dispõe sobre o comércio eletrônico. A relação de participantes deverá ser definida pelos senadores Fogaça e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), autor do projeto, que vê o evento como um meio de aperfeiçoar a discussão sobre o comércio eletrônico no país, ainda sem regulamentação jurídica.

A exemplo do projeto que normatiza o comércio eletrônico, deixaram de ser examinados nessa reunião da CCJ, em virtude de pedido de vistas, o projeto do senador Luiz Otávio (sem partido/PA) que cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais (Fiprol) nas regiões Norte e Nordeste, e o projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que dispõe sobre campanhas publicitárias de empresas fabricantes de bebidas alcoólicas e derivados de tabaco.

100 ANOS DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Plenário destaca importância da atuação da Fiocruz

O Plenário do Senado dedicou a Hora do Expediente de ontem à comemoração do centenário da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), organização vinculada ao Ministério da Saúde que desenvolve atividades de pesquisa, ensino, assistência hospitalar de referência, formulação de estratégias de saúde pública e produção de vacinas e medicamentos. Estiveram presentes à homenagem o presidente da instituição, Eloi de Souza Garcia, convidados e pesquisadores da fundação.

Seis senadores fizeram pronunciamentos em homenagem à Fiocruz. Entre eles, os primeiros signatários do requerimento de realização da comemoração – Carlos Patrocínio e Lúcio Alcântara – e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para quem a instituição “honra como nenhuma outra o nome do seu patrono”. Na opinião de ACM, a Fiocruz é um dos núcleos científicos mais importantes do mundo.

Patrocínio enaltece papel inovador e liderança na produção de vacinas

Um dos autores do requerimento de homenagem ao centenário da Fundação Oswaldo Cruz, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) enalteceu o papel inovador que, ao longo do tempo, a instituição vem cumprindo para ser, nos dias de hoje, o maior centro produtor de imunobiológicos da América



Patrocínio: o maior centro produtor de imunobiológicos da América Latina

Latina, responsável pela fabricação de mais de 80% das vacinas contra febre amarela consumidas no mundo, além de sarampo, meningite A e C e febre tifóide.

Segundo Patrocínio, a Fiocruz está desenvolvendo a primeira vacina contra esquistossomose e, para potencializar sua capacidade científica instalada, vem

dedicando atenção à área de biotecnologia, visando ao desenvolvimento de novos reagentes para diagnóstico de doenças transmissíveis por transfusão sanguínea, entre elas a Aids. “Quem sabe não surgirá do Brasil a tão esperada vacina contra o vírus HIV?”, perguntou.

Patrocínio historiou as campanhas da fundação, desde os tempos em que se chamava Instituto Soroterápico Federal, dirigido pelo jovem cientista Oswaldo Cruz, com especialização no Instituto Pasteur, de Paris, e dotado de idéias inovadoras de saúde pública para limpar o Rio de Janeiro, então assolado por surtos de peste, fe-

bre amarela e varíola. “O êxito das campanhas foi reconhecido em Berlim, onde mereceu a Medalha de Ouro, em 1907”, recordou.

Ao concluir seu pronunciamento, Patrocínio afirmou que, nos dias de hoje, a Fiocruz conta com cerca de 3,5 mil funcionários em suas diferentes unidades técnico-científicas localizadas no campus de Manginhos (RJ), nos estados de Pernambuco, Minas Gerais e Bahia, além de um escritório técnico no Amazonas. “O desenvolvimento de tantas atividades complexas confere à Fiocruz um papel decisivo nos programas governamentais referentes à auto-suficiência em imunobiológicos, biotecnologia em saúde, desenvolvimento tecnológico em diagnóstico de doenças transmissíveis e vigilância sanitária”, frisou.

Fundação orgulha os brasileiros pela qualidade e seriedade, afirma Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou ontem diversas conquistas obtidas pela Fundação Oswaldo Cruz nos seus 100 anos de existência. Lembrou o senador que em 1904 – em seus primeiros anos, portanto –, a Fiocruz já produzia soro contra a peste bubônica e para o controle da febre amarela. Naquela época, a fundação ainda tinha o nome com o qual foi criada em 1900: Instituto Soroterápico.

Ainda em seus primeiros anos, salientou Romero Jucá, a Fiocruz obteve outras importantes realizações, como a descoberta de parte do ciclo da malária, da do-

ença de Chagas e o tratamento da leishmaniose. Nos anos 80, os pesquisadores da fundação foram os primeiros a conseguir o isolamento do vírus da Aids no continente americano. Também isolaram o vírus da dengue e encontraram no látex uma substância capaz de combater o agente transmissor da esquistossomose, afirmou o senador.

– O Brasil, que só tardiamente



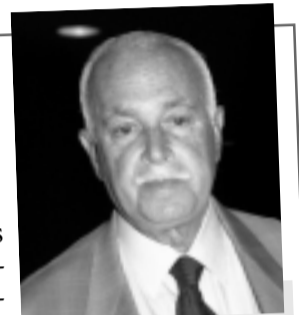
Jucá destaca “grande comprometimento social” das atividades da Fiocruz

e de forma muito tímida ingressou no grupo de países que apostam e investem efetivamente no saber científico, como forma de enriquecimento e promoção social, conta com uma instituição que orgulha a todos nós, cidadãos brasileiros, pela seriedade de seus profissionais, pela qualidade de suas pesquisas e pelo grande comprometimento social de suas atividades – disse Jucá.

Para ACM, instituição “honra o nome do seu patrono”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse, no encerramento da homenagem à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que a instituição “honra como nenhuma outra o nome do seu patrono”. Na opinião do senador, a Fiocruz é um dos núcleos científicos mais importantes do mundo.

O senador agradeceu a presença dos cientistas da Fundação Oswaldo Cruz no Plenário e pediu que eles levassem a gratidão do Senado e do povo brasileiro às outras pessoas que trabalham na fundação. Para o senador, o crescimento da instituição estimula o desenvolvimento da ciência no Brasil e no mundo.



Antonio Carlos: gratidão do Senado e do povo brasileiro

Alcântara reverencia Oswaldo Cruz e propõe reflexão sobre o futuro

Ao comemorar o centenário de criação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que transcorre hoje, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) opinou que, além de refletir e reverenciar a vida de Oswaldo Cruz e a história da Fiocruz, o momento é de pensar o futuro da instituição, garantir que ela continue a desempenhar o seu papel e a honrar sua tradição, independente de quem sejam seus dirigentes.

– Hoje o Brasil vive momentos de transformação. E é dentro deste contexto que temos que pensar o futuro da Fundação Oswaldo Cruz. Não só o governo, mas a sociedade como um todo tem que pensar que futuro deseja para a instituição. Temos que zelar pela Fiocruz, para que ela não se perca por esses caminhos que vêm por aí, e continue a realizar o seu destino e a sua história – afirmou o senador.

Lúcio Alcântara lembrou que foi por intermédio de seu pai, Waldemar Alcântara, médico e senador



Alcântara: culto a Oswaldo Cruz aprendido com o pai

como ele, que aprendeu a ter um culto especial por Oswaldo Cruz. O senador pelo Ceará registrou que, em uma sessão especial do Senado realizada no dia 10 de agosto de 1972, seu pai também pronunciou discurso homenageando o cientista, citando texto do Conselho de Saúde Pública de Lisboa no qual a saúde pública é considerada uma das primeiras leis do Estado e um dos primeiros deveres do governo.

A atuação de Oswaldo Cruz no trabalho de saneamento do Rio de Janeiro foi citada por Lúcio Alcântara como decisiva para combater as doenças que faziam com que o porto da cidade fosse considerado insalubre e evitado pelos navios estrangeiros. Por outro lado, ele destacou as dificuldades que o cientista enfrentou para realizar seu trabalho, sobretudo a oposição da imprensa e de alguns políticos contrários ao governo do presidente Rodrigues Alves.

100 ANOS DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Francelino Pereira exalta pioneiros da instituição

No centenário da Fundação Oswaldo Cruz, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) destacou a importância da instituição para a história da ciência no Brasil. Ele também exaltou as figuras de seus pioneiros, Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e Carlos Chagas Filho. Francelino Pereira registrou ainda o lançamento no próximo dia 29, na Academia Brasileira de Letras (ABL), do livro *Um Aprendiz de Ciência*, com memórias e análises de Chagas Filho sobre os rumos da ciência do país.

O senador ressaltou que, em 1900,

logo depois de o médico Oswaldo Cruz ter retornado de Paris, onde participara de curso sobre bacteriologia, um surto de peste bubônica que atingia a cidade de Santos (SP) e chegava ao Rio de Janeiro motivou a criação do Instituto Soroterápico em Manguinhos. Oswaldo Cruz foi o primeiro diretor-técnico da instituição e o responsável por confiar a Carlos Chagas inúmeras e importantes pesquisas. Entre elas, a que levou à descoberta do *Tripanosoma cruzi* dos insetos hematófagos, denominados barbeiros, que mar-

cou definitivamente a vida de Chagas. O trabalho teve estreita ligação com Minas Gerais e os mineiros, enfatizou o senador. Carlos Chagas, nascido em Oliveira, estudou em São João del Rey e instalou-se temporariamente em Lassance, na região do São Francisco, para desenvolver a pesquisa com os insetos que provocam a doença de Chagas. Todos os municípios são mineiros.

Carlos Chagas Filho, por sua vez, notabilizou-se pela luta desenvolvida em prol da formação de cientistas no país, que culminou com a

criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e do Instituto de Biofísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também homem de letras, além de médico e pesquisador, Carlos Chagas Filho foi membro da ABL e presidiu, durante dezesseis anos, a Pontifícia Academia de Ciências de Roma.

Em outra homenagem a Carlos Chagas Filho, Francelino informou que, em outubro, as academias brasileiras de Letras, de Medicina e de Ciências promoverão exposição de sua obra.



Francelino Pereira ressaltou os nomes de Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e Carlos Chagas Filho

Roberto Saturnino elogia formação profissional

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) elogiou ontem o trabalho de formação profissional desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), homenageada na Hora do Expediente pelo seu centenário. Segundo o parlamentar, a Fiocruz é reconhecida como a instituição que mais qualifica profissionais para o sistema de saúde, promovendo em todo o país treinamento desde o nível elementar até o doutorado.

Saturnino citou a Escola de Governo em Saúde, projeto que capacita profissionais com o uso da Internet, transmissões por meio de antenas parabólicas, videoconferências e outras modalidades de ensino a distância. Como muitos estados e municípios não têm verbas para enviar seus servidores da área de saúde ao Rio de Janeiro, onde está sediada a Fiocruz, a instituição está chegando aos luga-

res mais distantes utilizando-se de novas tecnologias.

Em aparte, a senadora Thelma Siqueira Campos (PPB-TO) deu seu testemunho de que a fundação está presente em seu estado com uma equipe que trabalha na pesquisa e produção de remédios, atividades que ela considerada "voltadas para o futuro".

Saturnino lembrou que, além das áreas de pesquisa e formação tradicionais — como os programas de esquistossomose, produção de bens e insumos para a saúde —, a Fiocruz está respondendo a novos desafios, como a biotecnologia e a discussão sobre bioética.



Saturnino lamentou que os salários na Fiocruz estejam sem reajuste há cinco anos

— Num momento em que se verifica descrédito em relação à maioria das instituições, é auspicioso ver que a Fundação Oswaldo Cruz mantém o seu prestígio e até o amplia — disse.

O senador afirma ainda que todos os êxitos devem ser creditados aos servidores e pesquisadores da fundação. Mas lamentou

que esses profissionais altamente qualificados e dedicados estejam há cinco anos sem reajuste de salários e recentemente tenham sido vítimas de uma tentativa de corte salarial de 26%. Saturnino pediu a reflexão dos seus colegas sobre a necessidade de valorização do pessoal da Fiocruz por meio de justa remuneração.

Trajatória da Fiocruz é lembrada por Cândido

O centenário da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) também foi homenageado pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ). Ele lembrou a trajetória do instituto de pesquisa, localizado no bairro de Manguinhos, no Rio de Janeiro, e cujo edifício ficou conhecido pela população local como "Castelinho".

— Hoje a Fiocruz é o mais importante centro de pesquisa em saúde pública da América Latina, responsável pela produção de 200 milhões de doses de vacinas e 300 milhões de unidades de medica-



Geraldo Cândido apontou a importância da Fiocruz na pesquisa na área de saúde

mentos. Números impressionantes para um país que, no início do século, enfrentou um quebradeira nas ruas contra a vacinação obrigatória — observou o senador fluminense.

Geraldo Cândido acentuou também a importância do investimento em saúde pública. Para ele, o aumento da expectativa

de vida do brasileiro, que nas grandes cidades é de até 70 anos e há um século não passava dos 37, só foi possível graças ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Relembrando o histórico do instituto, que tem atualmente 48 la-

boratórios de referência mundial e 3.180 funcionários, 700 deles pesquisadores, o senador mencionou vários episódios, como a violenta campanha movida contra o médico sanitário Oswaldo Cruz, a vitória contra as epidemias que assolaram o Rio de Janeiro e, mais recentemente, o Massacre de Manguinhos, ocorrido durante a ditadura militar, quando dez pesquisadores tiveram seus direitos políticos cassados e aposentadorias suspensas.

— Mesmo assim, já em 1984, a Fiocruz isolou o vírus da Aids e desenvolveu kits de diagnóstico e experimentos com vacinas. São cem anos de serviços inestimáveis, prestados não apenas ao nosso país, mas a todo o mundo — concluiu Geraldo Cândido.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Unip: Óculos
6h25 — Senado em Pauta
6h30 — Cidadania: Sen. Geraldo Cândido e o dep. Bem Hur Ferreira falam sobre o racismo no Brasil
6h25 — Senado em Pauta
7h30 — Entrevista: Sen. Sebastião Rocha fala sobre a proibição de silicone líquido
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h30 — TV Escola — Uma TV cheia de histórias — Santarém (PA)
8h55 — Senado em Pauta
9h — Cores do Brasil: Turismo em Sergipe
9h30 — Entrevista: Sen. Arlindo Porto fala sobre os crimes militares
10h — Sessão Plenária (vivo)
12h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (vivo)
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — Entrevista: Sen. Arlindo Porto fala sobre os crimes militares
19h — Cores do Brasil: Turismo no Rio Grande do Norte
19h30 — Cidadania: Sen. Geraldo Cândido e o dep.

Bem Hur Ferreira falam sobre o racismo no Brasil
20h30 — Entrevista: Sen. Sebastião Rocha fala sobre a proibição de silicone líquido
21h — Jornal do Senado
21h30 — Comissão de Relações Exteriores (gravado)
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — A Voz do Brasil
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BSB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Agripino afirma que não ajudou empresa no BNB

Senador esclarece denúncia de *O Estado de S. Paulo* e informa que nunca esteve no banco ou na Sudene para tratar de interesse de grupo econômico

O senador José Agripino (PFL-RN) informou haver enviado carta ao editor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Lourival Santana, esclarecendo dados publicados em reportagem daquele jornal no último dia 21, intitulada "CPI do Finor poderá apurar operações do BNB", na qual foi citado.

Agripino considerou estranha a informação de que não teria retornado telefonemas da equipe do jornal. Ele esclareceu haver recebido apenas um telefonema da jornalista Eugênia Lopes, no dia 16, e garantiu que



José Agripino afirma que as vinculações políticas da empresa no Rio Grande do Norte são com o PMDB, adversário do senador no estado

respondeu à repórter as perguntas a respeito de sua participação acionária na empresa Maísa.

O parlamentar informou que trabalhou como engenheiro para a construtora Empresa Industrial Técnica (E.I.T) de 68 a 75, tendo recebido ações da empresa, equivalentes a 0,5% de seu capital social, como gratificação por produtividade. Mais tarde a empresa Mossoró Agro-Industrial S. A. (Maísa) assumiu o controle acionário da E.I.T. O senador afirmou que, como pequeno acionista da E.I.T., não tem qualquer ingerência administrativa em nenhuma das empresas.

José Agripino disse ainda que jamais esteve na Sudene ou no Banco do Nordeste (BNB) para tratar de qualquer interesse do grupo E.I.T. Segundo Agripino, as vinculações políticas do grupo E.I.T. no Rio Grande do Norte hoje são com o PMDB, tradicional adversário do senador no estado.



Mozarildo Cavalcanti pretende evitar "abusos ou excessos" do Poder Executivo

Mozarildo quer submeter ao Senado demarcação de reservas indígenas

Os processos de demarcação de terras indígenas terão que passar pelo crivo do Senado. É o que propõe o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) em projeto de lei que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para decisão terminativa.

Na legislação atual, a administração de demarcação de terras indígenas é realizada pelo Poder Executivo, sob a orientação da Funai. De acordo com a proposta, a delimitação de terras destinadas às populações indígenas só poderia ser homologada pelo presiden-

te da República após aprovação do Senado Federal. A idéia, segundo o senador, é evitar abusos ou excessos pelo Executivo.

—O ato administrativo de demarcação de terras envolve interesses e conflitos que devem ser analisados e ponderados, buscando soluções que minimizem os impactos e envolvam a participação de todos os entes — indígenas, habitantes, governantes, Poder Legislativo e comunidade internacional. O Senado é foro legítimo para apreciar matérias dessa natureza — justificou o senador.

Patrocínio cobra regulamentação de registro unificado de pessoas no país

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pediu ao Ministério da Justiça maior rapidez para que seja regulamentado o Projeto de Registro de Identificação Civil, que institui o novo cartão de identidade. Segundo o senador, os documentos atuais existentes apresentam problemas, pois são facilmente falsificados e causam prejuízos aos portadores e ao Estado. Por esse motivo, acrescentou, devem ser substituídos.

As certidões de nascimento, segundo ele, são caras, os títulos de eleitor não apresentam a segurança requerida, os cadastros de pessoas físicas (CPF) são usados em contas fantasmas e as carteiras de trabalho são utilizadas para esquentar títulos de eleitores falsificados. As carteiras de identidade, que representam o documento mais importante do brasileiro, são adulteradas, além de não possuírem registro de mudanças necessárias para tal documento, observou.

Segundo Carlos Patrocínio, o primeiro passo para mudar esse



Patrocínio garante que só o Registro de Identificação Civil evitará fraudes e prejuízos

quadro já foi dado com a aprovação da Lei nº 9.454, de 1997, que instituiu o número único de Registro de Identidade Civil. Por esse número, cada cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, será identificado em todas as suas relações com a sociedade e com organismos governamentais privados, explicou.

Para que essa lei seja cumprida, acrescentou o senador, a primeira providência é a instituição do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil, destinado a conter o número único de registro civil, acompanhado dos dados de identificação de cada cidadão.

Será necessário ainda adotar a

implantação informatizada dos cadastros criminais e civis de impressões digitais, que constituiria, segundo o senador, a base da identificação civil, ao garantir a unicidade do cadastro de indivíduos.

Patrocínio propôs parcerias criativas entre os setores público e privado para evitar problemas de custo com a emissão de 160 milhões de cartões de identidade. "Com isso, estaremos acompanhando uma tendência mundial, que é a adoção de modernas tecnologias digitais para captura de dados, gerenciamento de bancos de dados e emissão eletrônica segura de documentos", afirmou.



Hartung: Carlos Lindenberg lutou pelo equilíbrio das contas públicas no Espírito Santo

Hartung destaca livro sobre vida de Carlos Lindenberg

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) registrou, ontem, o lançamento do livro *Dr. Carlos — um homem do campo e sua relação com o poder*, que, com base em cartas e depoimentos organizados pelo jornalista Antônio de Pádua Gurgel, relata a trajetória política e empresarial do ex-senador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, falecido em Vitória em 1991.

— Esse livro é uma fonte inesgotável de consultas para jovens e historiadores que tenham inte-

resse em conhecer a história deste país a partir do estado do Espírito Santo — afirmou Hartung.

O senador ressaltou a luta de Carlos Lindenberg, que também foi governador do Espírito Santo, em favor do equilíbrio das contas públicas. "No momento em que o país implanta uma lei de responsabilidade fiscal, esse é um exemplo de apego à organização, provando que um dirigente público não pode se endividar além de suas possibilidades", concluiu.